



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 857/98

“Dispõe sobre a Instituição do Sistema de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Lajinha”

A Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus Vereadores aprovou a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

DO MUNICÍPIO DE LAJINHA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Lajinha nos termos desta Lei.

Art. 2º - O Sistema de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Lajinha, também designado, "SIPASEM", Autarquia do Município com personalidade jurídica própria, disporá de Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial, dentro dos limites estabelecidos nesta Lei.

Art. 3º - O Sistema de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Lajinha obedecerá aos seguintes princípios:

I – Universalidade de participação nos planos previdenciários mediante contribuição;

II – Irredutibilidade do valor dos benefícios;

III – Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação de servidores ativos e inativos da Câmara Municipal e do Executivo Municipal.

IV – Inviabilidade de criação, majoração ou extensão de qualquer benefício sem a correspondente fonte de custeio total;

V – Custeio da previdência social dos servidores públicos municipais mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento dos órgãos empregadores e da contribuição compulsória dos servidores ativos e dos inativos;

VI – Subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios mínimos adequados de diversificação, liquidez e segurança econômica-financeira a critérios atuariais aplicáveis, tendo em vista a natureza dos benefícios;



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

VII – Valor mensal das aposentadorias e pensões não inferior ao salário mínimo vigente no país.

CAPÍTULO II

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 4º - Os beneficiários do Sistema de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Lajinha, que trata esta Lei são as pessoas físicas classificadas em segurados e dependentes nos termos das seções I e II deste Capítulo.

SEÇÃO I DOS SEGURADOS

Art. 5º - São segurados, obrigatórios, do Sistema de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Lajinha os Servidores Públicos Efetivos, Ativos e Inativos, os ocupantes de cargos em comissão, os contratados e designados temporariamente.

- a) do Poder Executivo Municipal;
- b) do Poder Legislativo Municipal;
- c) das Autarquias do Município.

SUBSEÇÃO ÚNICA

DA MANUTENÇÃO E PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO

Art. 6º - Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

I – Até a decisão condenatória transitada em julgado, o segurado detido ou recluso.

II – Enquanto durar o licenciamento, o servidor em licença sem ônus para o órgão empregador.

Art. 7º - Perderá a qualidade de segurado aquele que perder o vínculo empregatício, na data da desvinculação com o órgão empregador.

Art. 8º – A perda da qualidade de segurado importa na caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade, ressalvados o direito aos benefícios para cuja obtenção tenham sido preenchidos todos os requisitos.

SEÇÃO II

DOS DEPENDENTES

Art. 9º – São beneficiários do Sistema de Previdência na condição de dependentes, economicamente, do segurado, as classes abaixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I – A esposa, a companheira, o esposo inválido, o companheiro inválido, o filho solteiro, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

II – Os pais;

III – O irmão solteiro inválido.

§ 1º - A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito aos beneficiários os das demais classes.

§ 2º - O (a) segurado (a) solteira (a) ou separado (a) judicialmente poderá designar seu companheiro (a), desde que este seja solteiro ou se na condição de separado judicialmente, viva sob o mesmo teto, comprovadamente há mais de 05 (cinco) anos.

§ 3º - Prescinde de comprovação e justificação a dependência econômica da esposa e da companheira, assim como dos filhos solteiros, de qualquer condição, desde que menores de 21 (vinte e um) anos de idade.

§ 4º - Considera-se dependência econômica para fins desta Lei aquele que, comprovada e justificadamente, viva sob o mesmo teto do segurado e tenha renda inferior a 01 (um) salário mínimo.

§ 5º - A dependência econômica dos filhos será estendida até 24 (vinte e quatro) anos se forem comprovadamente estudantes universitários solteiros, sem atividade remunerada.

Art. 10 – A perda da qualidade de dependente ocorre:

I – Para o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos pela sentença judicial declarada ou pela anulação do casamento transitado em julgado;

II – Para a companheira ou companheiro pela cessação da união estável com o segurado (a) enquanto não lhe for assegurada judicialmente a prestação de alimentos;

III – Para os (as) filhos (as) após o casamento ou ao completarem 21 (vinte e um) anos de idade ressalvado o disposto no § 5º do artigo 11;

IV – Para os dependentes em geral:

- a) pela cessação da invalidez, no caso dependente inválido;
- b) pelo falecimento;
- c) pela perda da condição de dependência econômica, a exceção do disposto no § 3º do artigo anterior.

Art. 11 – A comprovação da invalidez nos casos previstos nesta Lei, será feita mediante inspeção de junta médica designada pelo SIPASEM.

SEÇÃO III

DAS INSCRIÇÕES



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 12 – A inscrição do segurado será procedida compulsoriamente pelo órgão ao qual o servidor está vinculado, através do envio de formulário padronizado pela Autarquia acompanhado por cópia da documentação apresentada quando do processo de admissão do servidor.

Art. 13 – A inscrição do dependente será formulada a pedido do segurado, atendendo as condições estabelecidas nesta Lei e documentação a ser regulamentada pela Autarquia.

CAPÍTULO III

DOS BENEFÍCIOS

SEÇÃO I

DAS ESPÉCIES DE BENEFÍCIOS

Art. 14 – O Sistema de Previdência que trata esta Lei, compreende:

I – Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria;
- b) auxílio natalidade;
- c) assistência à saúde.

II – Quanto ao dependente:

- a) pensão;
- b) auxílio funeral;
- c) assistência à saúde.

SEÇÃO II

DA APOSENTADORIA

Art. 15 – A concessão da aposentadoria dos servidores de que trata esta Lei obedecerá às normas previstas na Constituição Federal e aquelas estabelecidas na Legislação pertinente do Município.

Art. 16 – Após a concessão da aposentadoria a entidade empregadora encaminhará o respectivo processo ao Sistema de Previdência e Assistência do Município de Lajinha (SIPASEM) para fins de inclusão do servidor na folha de pagamento dos inativos.

Parágrafo Único – Sempre que houver alteração do vencimento do servidor ativo que, por força das disposições constitucionais e da legislação vigente, implique alteração nos proventos dos inativos deverá ser comunicado ao SIPASEM pela entidade empregadora.

SEÇÃO III

DO AUXÍLIO NATALIDADE



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 17 – À segurada gestante ou ao segurado, pelo parto de sua esposa ou companheira, será concedido o auxílio natalidade de valor equivalente ao menor vencimento pago pelo Município, desde que seja contribuinte ao SIPASEM por período não inferior à 12 meses.

§ 1º - Em caso de nascimento de mais de um filho serão devidos tantos auxílios natalidade quantos pago pelo Município.

§ 2º - Ocorrendo o caso de natimorto, será devido o auxílio desde que comprovado pelo atestado de óbito que a gestação já ultrapassava o 6º (sexto) mês.

§ 3º – Quando tanto o pai quanto a mãe forem segurados do SIPASEM, o auxílio natalidade será concedido a apenas um dos segurados.

SEÇÃO IV

DAS PENSÕES

Art. 18 – Por morte do segurado, os dependentes farão jus a uma pensão mensal de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito.

§ 1º - Para efeito deste artigo entende-se por remuneração o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, fixadas em lei.

§ 2º - O valor da pensão será rateado em cotas iguais entre todos os dependentes habilitados com direito a pensão, observado o disposto no § 1º do Artigo 11 desta Lei.

§ 3º - Qualquer habilitação ou exclusão que venha a ocorrer após a concessão do benefício, somente produzirá efeitos a partir da data do deferimento.

§ 4º - Sempre que se extinguir uma cota, proceder-se-á novo cálculo e novo rateio do benefício entre os dependentes remanescentes.

Art. 19 – Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judiciária competente, será concedida a pensão aos dependentes na forma estabelecida no artigo anterior.

Parágrafo Único – Verificado o reaparecimento do segurado, cessará automaticamente a concessão do benefício.

Art. 20 – Cessará automaticamente o direito ao benefício da pensão a perda da qualidade de dependente prevista no Artigo 12º desta Lei.

SEÇÃO V

DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 21 – Ocorrendo o óbito do segurado será concedido ao seu dependente que houver custeado o funeral, auxílio funeral em valor correspondente ao menor vencimento pago pelo município.



SEÇÃO VI

DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 22 – A assistência à saúde que trata esta lei será prestada através do sistema único de saúde.

Art. 23 – O Sistema da Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Lajinha poderá continuar prestando assistência à saúde em caráter especial, por autogestão, convênios ou plano próprio.

Parágrafo Único – A assistência à saúde de que trata este artigo é facultativa e será oferecida como direito de opção ao servidor.

SEÇÃO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AOS BENEFÍCIOS

Art. 24 – Sem prejuízo do direito aos benefícios, prescreve em 5 (cinco) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos incapazes ou dos ausentes, segundo a Lei Civil.

Art. 25 – O Segurado ou dependente em gozo de benefício por invalidez estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a se submeterem, periodicamente a exames médicos a cargo da junta médica designada pelo SIPASEM, assim como a tratamentos, readaptações profissionais e demais procedimentos por ela prescritos.

Parágrafo Único – A periodicidade referida neste artigo será definida em instrução normativa do SIPASEM.

Art. 26 – O benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador constituído por mandato outorgado por instrumento público, o qual não terá prazo superior a 6 (seis) meses, podendo ser renovado.

Parágrafo Único – O procurador do beneficiário deverá firmar perante ao SIPASEM, termo de responsabilidade mediante o qual se compromete a comunicar, no prazo máximo de 48 horas, qualquer fato que venha a determinar a perda da qualidade de dependente, sob pena de incorrer em sanções penais cabíveis.

Art. 27 – O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será pago ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na falta destes e por período não superior a 6 (meses), o pagamento a herdeiro, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Art. 28 – O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago a seus dependentes habilitados na forma do artigo 11 desta lei ou na falta deles, a seus sucessores na forma da Lei Civil, independentemente de inventário ou arrolamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 29 – Podem ser descontados dos benefícios:

I – Contribuições e débitos do segurado ou dependente para com o Sistema de Previdência e Assistência do Município de Lajinha;

II – Pagamento de benefício além do devido;

III – Impostos retidos na fonte por força de legislação aplicável;

IV – Pensão de alimentos decretada em sentença judicial.

Parágrafo Único – Nas hipóteses dos incisos I e II o desconto será feito em até 6 (seis) parcelas mensais, ou em uma quando comprovada a existência de má fé.

Art. 30 – Executada a hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições.

Art. 31 – É vedado ao segurado o recebimento cumulativo de mais de uma aposentadoria, exceto as decorrentes das acumulações permitidas em lei.

TÍTULO II

DO CUSTEIO DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA E DE

ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAJINHA

CAPÍTULO I

DAS FONTES DE CUSTEIO

Art. 32 – A Previdência Municipal será custeada mediante recursos de contribuições compulsórias do Município, da Câmara Municipal, Autarquias e dos demais órgãos empregadores abrangidos por esta lei, dos seguradores e por outros recursos que lhe forem atribuídos.

Art. 33 – A Assistência à Saúde que trata o Artigo 25 desta lei será custeada exclusivamente com contribuições do servidor específicas para essa finalidade.

CAPÍTULO II

DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 34 – As contribuições mensais previdenciárias serão compulsórias e equivalem aos seguintes percentuais:

I – Para os segurados obrigatórios: 08% (oito por cento), calculada sobre o total de seus vencimentos mensais;

II – Para os órgãos empregadores: 04% (quatro por cento) incidente sobre o total mensal creditado em folha de pagamento dos servidores ativos abrangidos por esta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 1º - Se o segurado vier a exercer cargo em comissão, cargo em substituição, função gratificada ou a responder pelas atribuições de cargo vago, a contribuição será calculada sobre o total de vencimentos correspondentes a esse cargo ou função, enquanto no exercício do mesmo.

§ 2º - Na hipótese de acumulação permitida em Lei, a contribuição será calculada sobre totais de vencimentos correspondentes aos cargos ou funções acumuladas.

§ 3º - Além das contribuições definidas no inciso III deste artigo fica o Executivo Municipal responsável pela integralização do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal, instituído pela Lei 792/97 de 29/04/97, de Reserva Técnica do SIPASEM destinado ao custeio dos benefícios previdenciários estabelecidos nesta Lei.

Art. 35 – O segurado ativo, em licença sem vencimento ou sem ônus para a entidade empregadora deverá continuar recolhendo sua contribuição ao SIPASEM, sob pena de não ser computado para efeito da aposentadoria o tempo de duração da respectiva licença.

Parágrafo Único – As contribuições previstas neste artigo deverão ser recolhidas até o quinta dia útil de cada mês, em nome do SIPASEM.

Art. 36 – As contribuições de que trata o Artigo 36 desta Lei incidirão também sobre o 13º salário (abono anual).

Art. 37 – As contribuições devidas na forma desta Lei serão recolhidas ao SIPASEM, na mesma data em que se efetuar o desconto do pagamento dos segurados, pelos órgãos empregadores respectivos.

Parágrafo Único – As contribuições e demais débitos para com o SIPASEM não recolhidos nos prazos desta Lei serão atualizados monetariamente além dos juros de mora de 0,5 % (meio por cento) por mês de atraso.

CAPÍTULO III **DA RESPONSABILIDADE DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA E** **ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAJINHA**

Art. 38 – São atribuições do Sistema de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Lajinha.

I – Captação e formação de um patrimônio de ativos financeiros de co- participação;

II – Administração de recursos e sua aplicação visando ao incremento e à elevação de reservas técnicas;

III – Pagamento das folhas de inativos, de pensionistas e demais benefícios abrangidos por esta Lei.

Art. 39 – Constituição receitas do SIPASEM.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I – As contribuições compulsórias dos órgãos empregadores e dos segurados que trata esta Lei;

II – O produto dos rendimentos, acréscimos ou correção provenientes das aplicações de seus recursos;

III – As doações e legados;

IV – Juros e correções monetárias;

V – Outras receitas.

Art. 40 – Os recursos do Sistema de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Lajinha, garantidores dos benefícios que trata esta Lei serão empregados de acordo com os planos de aplicação estruturados dentro das técnicas atuariais, propostos pelo Presidente da Autarquia, aprovados pelo Conselho de Administração instituído pela Lei 792/97, de forma a assegurar-lhes rentabilidade, segurança real dos investimentos e liquidez.

Parágrafo Único – Os recursos do SIPASEM não poderão Ter aplicação diversa da estabelecida nos respectivos planos.

Art. 41 – Os bens patrimoniais do SIPASEM só poderão ser alienados ou gravados por proposta do Presidente da Autarquia, aprovada pelo Conselho de Administração, observadas as disposições legais específicas.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 42 – A estrutura administrativa do SIPASEM constituir-se-á dos seguintes órgãos:

I – Presidência Executiva, com sua estrutura organizacional;

II – Conselho de Administração;

III – Conselho Fiscal;

IV – Junta de Recursos;

V – Estrutura Organizacional.

SEÇÃO I

DA PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

Art. 43 – O provimento do cargo de Presidente Executivo do SIPASEM, será de livre nomeação e exoneração por Decreto do Executivo Municipal, e terá mandato correspondente com o do Prefeito Municipal, com padrão de vencimentos equivalente ao NÍVEL IV-C estabelecido pela Lei n. 850/98.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art.44 – Compete ao Presidente Executivo:

- I – Superintender a administração geral do SIPASEM;
- II – Elaborar a proposta orçamentária anual do SIPASEM, bem como as suas alterações;
- III – Organizar o quadro de pessoal de acordo com o orçamento aprovado;
- IV – Submeter a aprovação do Conselho Administrativo a extinção ou criação de vagas do quadro de pessoal;
- V – Proceder o preenchimento das vagas do quadro de pessoal mediante Concurso Público;
- VI – Organizar os serviços facultativos de assistência de saúde especial;
- VII – Organizar os serviços de prestação previdenciária;
- VIII – Assinar e responder juridicamente pelos atos e fatos de interesse do Instituto de Previdência Municipal de Lajinha, representando-o em juízo ou fora dele;
- IX – Assinar em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração do FAPEM os cheques e demais documentos contábeis e de movimentação dos fundos;
- X – Submeter a aprovação do Conselho de Administração a contratação de administradores de carteira de investimento do SIPASEM e de consultores técnicos especializados;
- XI – Submeter ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e a Junta de Recursos os assuntos a eles pertinentes e facilitar o acesso de seus membros para o desempenho de suas atribuições;
- XII – Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Conselhos de Administração, Fiscal e da Junta de Recursos, desde que não contrariem as disposições legais;
- XIII – As deliberações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Junta de Recursos contrárias às disposições legais deverão ser recorridas pelo Presidente Executivo ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – O presidente executivo será substituído em seus impedimentos eventuais ou afastamentos legais pelo Presidente do FAPEM.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 45 – O Conselho de Administração do SIPASEM tem sua constituição estabelecida pela Lei 792/97.-



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 46 – Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 792/97:

- I – Aprovar a proposta orçamentária anual, bem como suas respectivas alterações, elaboradas pelo Presidente Executivo do IPAML;
- II – Aprovar a extinção ou criação de vagas do quadro de Pessoal, por proposta do Presidente Executivo;
- III – Aprovar a contratação de Instituição Financeira, Privada ou Pública, que se encarregará da administração da carteira de investimentos do SIPASEM, por propostas do Presidente Executivo;
- IV – Aprovar a contratação de consultoria e auditoria externa para desenvolvimento de serviços técnicos especializados necessários ao SIPASEM, por proposta da Presidência;
- V – Funcionar como órgão de aconselhamento à Presidência Executiva do SIPASEM, nas questões por ela suscitadas;
- VI – Aprovar a contratação de convênios para prestação de serviços de assistência à saúde, quando integrados ao elenco de atividades a serem desenvolvidas pelo SIPASEM.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 47 – O Conselho Fiscal do SIPASEM será constituído de 5 (cinco) membros efetivos e de 5 (cinco) membros suplentes, nomeados por decreto do Executivo Municipal, e terá a seguinte composição:

- I – Um membro efetivo e um suplente, indicados pela Câmara Municipal de Lajinha;
- II – Um membro efetivo e um suplente, indicados pelos Servidores Inativos do Município;
- III – Três membros efetivos e três suplentes, indicados pelos Sindicatos dos Servidores Públicos do Município, escolhidos entre os efetivos em exercício de suas funções;

Art. 48 – Os membros do Conselho Fiscal terão mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução por uma única vez.

§ 1º - Perderá o mandato o conselheiro que faltar a mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, assumindo, neste caso, seu suplente ou sendo nomeado novo conselheiro no caso de substituição de suplente.

§ 2º - Todos os membros do Conselho Fiscal deverão Ter escolaridade mínima compatível ao nível de 2º grau completo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 3º - Os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si o seu Presidente.

Art. 49 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – Acompanhar a execução orçamentária do SIPASEM, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;

II – Examinar as prestações de contas efetuadas pela Presidência Executiva do SIPASEM;

III – Proceder, em face dos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos;

IV – Acompanhar o recolhimento mensal das contribuições e interceder ou notificar junto ao Prefeito Municipal e titulares dos demais órgãos empregadores filiados ao sistema, na ocorrência de atraso nos repasses ou de irregularidade, alternando-os para os riscos envolvidos, denunciando e exigindo providências de regularização;

V – Fiscalizar a exatidão dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos e atestar a sua correção, denunciando ao Presidente Executivo e ao Conselho de Administração as irregularidades constatadas, exigindo a regularização;

VI – Pronunciar-se sobre a alienação de bens imóveis do SIPASEM, proposta pelo Presidente Executivo, antes de ser submetida à aprovação do Conselho de Administração;

VII – Acompanhar a aplicação das reservas técnicas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei notadamente no que concerne à liquidez e aos limites máximos de concentração de recursos;

VIII – Proceder, anualmente, até o mês de março, o seu parecer técnico, sobre o relatório do exercício anterior do processo de tomada de contas, do balanço anual e do inventário a ele referente, bem como do relatório estatístico dos benefícios prestados, submetido à sua aprovação pelo Presidente Executivo.

SEÇÃO IV

DA JUNTA DE RECURSOS

Art. 50 – A junta de recursos será formada pela união dos membros efetivos do Conselho Administração e do Conselho Fiscal.

§ 1º - A Junta de Recursos será presidida pelo presidente do Conselho Fiscal.

Art. 51 – A Junta de Recursos será convocada por seu presidente, sempre que necessário, para julgamento de recurso contra as decisões ou atos do Presidente Executivo, desfavorável ao segurado ou seu dependente ou para dar parecer a consultas formuladas pelo Presidente do SIPASEM.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

SEÇÃO V

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 52 – A Estrutura Organizacional do SIPASEM será estabelecida em regimento interno, e as funções inerentes à execução dos trabalhos de concessão de benefícios e de administração contábil-financeira serão desempenhados por servidores municipais efetivos a serem designados, preferencialmente, entre os ocupantes dos cargos de Auxiliar Administrativo e Técnico de Contabilidade, respectivamente, previstos na Lei de Cargos e Salários do Município.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 – Os recursos a serem dispendidos pelo SIPASEM, a título de custeio de Despesas Administrativas não poderão exceder a 10% de sua arrecadação mensal, com contribuição dos segurados e respectivos órgãos empregadores.

Art. 54 – O SIPASEM deverá manter os seus registros contábeis próprios, criando seu plano de contas, que espelhe a sua situação econômica- financeira de cada exercício, evidenciando ainda, as despesas e receitas previdenciárias, assistenciais, patrimoniais, financeiras e administrativas, além de sua situação ativa e passiva.

Art. 55 – O SIPASEM, na Condição de Autarquia Municipal, prestará contas anualmente ao Tribunal de Contas do Estado, respondendo seus gestores pelo fiel desempenho de suas atribuições e mandatos, na forma da Lei.

Parágrafo Único – O SIPASEM deverá remeter ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, os balancetes mensais, bem como, quando solicitados, os documentos comprobatórios da receita e da despesa, além das conciliações bancárias onde mantiver movimentação financeira.

Art. 56 – Aplica-se ao SIPASEM na condição de empregador as regras de recolhimento de contribuições disciplinadas nesta Lei.

Art. 57 – O encarregado de administrar os ativos financeiros do SIPASEM deverá contratar, anualmente, escritório de atuária e estatística para efetuar a reavaliação atuarial de suas reservas matemáticas, fundos e provisões, no sentido de garantir o equilíbrio econômico- financeiro e o elenco de benefícios previdenciários para o futuro cumprimento dos compromissos assumidos para com os seus segurados.

Art. 58 – O encarregado de administração dos ativos financeiros do SIIPASEM deverá contratar, anualmente, no mês de janeiro de cada ano, empresa de auditoria externa



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

independente, sem ônus para a Autarquia para a avaliação do desempenho da rentabilidade da carteira de ativos, à qual compete apresentar relatório amplo e circunstanciado de suas conclusões, para avaliação da Presidência Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Parágrafo Único – O relatório que trata este artigo deverá integrar o processo de prestação de contas anual do SIPASEM.

Art. 59 – O SIPASEM poderá manter seguro coletivo e outros serviços de caráter complementar, facultativo, custeado por contribuições adicionais de servidores.

Art. 60 – É vedado ao SIPASEM prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se a qualquer título.

Art. 61 – Não serão remunerados os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 62 – A partir do mês subsequente ao da publicação desta Lei o Executivo Municipal e os demais órgãos empregadores transferirão para o SIPASEM a responsabilidade do pagamento dos beneficiários.

Art. 63 – O Plano Atuarial para determinação das alíquotas de contribuição e Reserva Técnica a ser integralizada deverá ser encaminhado pelo Executivo, ao Legislativo Municipal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta Lei, repetindo-se este procedimento sempre que o Plano Atuarial Anual demonstrar a necessidade de nova integralização da Reserva Técnica.

§ 1º - Enquanto não for integralizado o fundo de reserva técnica do SIPASEM, o Município se responsabilizará pela complementação das folhas de pagamento de beneficiários que trata esta lei, sempre que a receita decorrente das contribuições se tornar insuficiente.

§ 2º - Para integralização do fundo de reserva técnica do SIPASEM, fica ainda o município autorizado a:

II – Alienar imóveis do Município;

III – Contratar operação de financiamento, a longo prazo, no montante necessário para a complementação do fundo.

Art. 64 – As contribuições devidas por força desta Lei continuarão a serem recolhidas ao FAPEM.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 65 – As normas para concessão de benefícios e serviços a serem prestados e demais normas necessárias ao cumprimento desta Lei serão baixados em Instrução Normativa da Presidência Executiva do SIPASEM, após aprovação do Conselho de Administração.

Art. 66 – Para atender as despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo a abrir, no orçamento do corrente ano, crédito adicional especial, com recursos proveniente das anulações de saldos remanescentes.

Art. 67 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, inclusive as contidas na Lei 792/97.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JULHO
DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO. (1º-07-1998)

Ver. PAULO CÉZAR HASTENREITER PORTES
Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 06-07-98, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel
At. Legislativo